

A metodologia estrutural comparativa e sua contribuição às Relações Internacionais

The comparative structural methodology and its contribution to the International Relations discipline

MARÍLIA CAROLINA BARBOSA DE SOUZA PIMENTA¹

Resumo: O artigo reflete sobre o potencial da chamada Metodologia Estrutural Comparativa para distintas agendas de pesquisa em Relações Internacionais. Este método propõe um deslocamento do modelo para se concentrar na solidez das variáveis, a fim de que a teoria possa ser continuamente aprimorada. Apresenta-se como estudo de caso a sua aplicação para o mapeamento das chamadas áreas não governadas ou *black spots* no sistema internacional, como uma alternativa à sua utilização tradicional: a análise cognitiva de lideranças; ambas propostas por Margaret Hermann. Conclui-se assim que esta metodologia, embora ainda pouco utilizada, torna-se valiosa para observar questões e temas variados dentro da disciplina de Relações Internacionais.

Palavras-chave: Metodologia Estrutural Comparativa- Relações Internacionais- Método.

Abstract: The article reflects on the potential of the so-called Comparative Structural Method for research agendas on International Relations. This method proposes a shift to focus on the strength of variables instead of the model itself, so that the theory could continually be improved. It presents as Study Case its application on ungoverned areas or the so-called black spots in the international system, as an alternative to its traditional usage: the cognitive foreign policy analysis, both proposed by Margaret Hermann. It is concluded that this methodology, although still shortly used, becomes valuable to look at various issues and topics related to the International Relations discipline.

Keywords: Comparative Structural Methodology-International Relations-Method.

Recebido em:
03 de Março de 2018

Received on:
March 03, 2018

Aceito em:
14 de Abril de 2018

Accepted on:
April 14, 2018

DOI: 10.12957/rmi.2017.33068

¹Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. Docente no Centro Universitário FECAP-SP, onde também é coordenadora do curso de graduação em Relações Internacionais e coordenadora do curso de pós-graduação em Negócios Internacionais. **Endereço para correspondência:** Avenida da Liberdade, 532. Liberdade, São Paulo - SP. **E-mail:** profa.marilia.csouza@gmail.com

1. Introdução

O artigo busca analisar a metodologia estrutural comparativa, a partir de seu impacto e potencial para a disciplina de Relações Internacionais e de sua utilização em dois momentos distintos, quais sejam no início da década de 80, quando Margaret Hermann a aplicou de forma sistemática e se tornou uma de seus principais expoentes, com uma vasta obra na área de análise cognitiva de lideranças políticas; bem como a partir de 2005, quando Hermann lança mão desta mesma metodologia no âmbito do grupo de pesquisa “*Mapping Global Insecurities-Global Black Spots Group*” sediado em Maxwell Scholl, Syracuse University, em que, juntamente com um grupo de pesquisadores, mapeia e monitora áreas não governadas no sistema internacional.

A presente reflexão, ao apresentar esta metodologia e sua aplicação em duas sub- áreas distintas, procura demonstrar que pode haver, portanto, possibilidades mais amplas para sua aplicação em temas diversos de Relações Internacionais, tais como integração regional, arranjos regionais de segurança, políticas de defesa e segurança, comparação entre distintas

Missões de Paz, sistemas de resolução de conflitos, entre outros temas.

Alexander George (1979) foi o criador da Metodologia Estrutural Comparativa e este método gerou um grande impacto não só nas áreas de ciência política e de ciências sociais, como também na área de psicologia. George buscava uma saída alternativa à dicotomia instaurada entre os *behavioristas*, por um lado, e os tradicionalistas, por outro; e foi por meio de transformar o conhecimento histórico em uma compreensão sistemática da realidade que ele desenvolveu este método.

Margaret Hermann, por sua vez, muito reconhecida na disciplina de Relações Internacionais, especialmente na área de análise cognitiva de lideranças políticas, possui uma extensa bibliografia e baseou seus estudos, sobremaneira a partir da década de 80, na metodologia desenvolvida por Alexander George. Posteriormente, a partir de 2005, a autora percorreu o mesmo caminho metodológico para a identificação e posterior comparação entre áreas não governadas no sistema internacional, os chamados *black spots*.

O artigo, portanto, divide-se em duas seções principais, a primeira se consubstancia em uma apresentação da

metodologia estrutural comparativa de Alexander George, e a segunda apresenta suas distintas aplicações empreendidas por Margaret Hermann, inicialmente mais vasta e mais tradicional, na análise cognitiva de lideranças políticas, e, recentemente, uma aplicação menos conhecida, o mapeamento, identificação e classificação de *black spots*, onde é possível observar o potencial analítico de tal método, principalmente em uma área que oferece espaço para o desenvolvimento contínuo de novas teorias, tal como é intrínseco à disciplina de Relações Internacionais.²

II. O método estrutural comparativo: *quid illud est?*

Sabe-se que a discussão acerca da agenda de pesquisa em Relações Internacionais exige, em um primeiro momento, uma definição do que se entende pela disciplina e, posteriormente, do seu objeto em específico.

Tal definição deve também passar pela escolha metodológica, a fim de ampliar os possíveis diálogos e pontes que a pesquisa e a escolha do método

científico possam criar, bem como criar possibilidades para dar sequência a uma agenda, fortalecendo a comunidade epistêmica como um todo.

Alexander George (1979) foi o precursor da chamada Metodologia Estrutural Comparativa e sua contribuição teve um grande impacto não só nas áreas de ciência política e ciências sociais, como também na área de psicologia. Basicamente, a preocupação inicial de George era como transformar o conhecimento histórico em uma compreensão sistemática da realidade.

Ao longo das décadas de 60 e 70, Alexander George observou uma dicotomia entre, por um lado, os tradicionalistas, aqueles que tinham por preocupação aglutinar conhecimento histórico e tratar, a partir de eventos aleatórios, de fazer generalizações; e, por outro lado, os *behavioristas*, cientistas políticos que se preocupavam com a construção de modelos teóricos que pretendiam desenvolver um melhor entendimento da realidade, em moldes mais universais. O que previa o autor era que esta dicotomia tenderia ao apaziguamento e a tendência seria a mescla ou associações metodológicas para se chegar a resultados de impacto.

Ao refletir sobre esta tensão, George evidencia que seria possível construir

² O primeiro livro da autora sobre este tema foi escrito em co-autoria com Stuart Brown, também professor em Mawell School, e será lançado em 2019 pela Palgrave MacMillian e o título será: *Transnational Crime and Black Spots: Rethinking Sovereignty and the Global Economy*. Acesso: <https://www.palgrave.com/us/book/9781137496706>.

teorias a partir da observação histórica, mas não de forma determinante e geral, mas sim com foco na escolha e delineamento das variáveis independentes, fazendo com que a variável dependente pudesse ser continuamente lapidada. Assim, fazia-se justiça às inúmeras possibilidades trazidas pelas interpretações históricas, mas, ao mesmo tempo, a construção teórica iria, gradualmente, sendo edificada, como se observa em:

Desse modo, a “singularidade” da explicação é reconhecida, mas é descrita em termos mais gerais, ou seja, como um valor particular de uma variável geral contemplada por uma estrutura teórica de variáveis independentes, intervenientes e dependentes. Um evento histórico único não pode ser ignorado, mas deve ser considerado como parte de uma classe de tais eventos “mesmo que aconteça apenas uma vez” (George 1979, p.43).

Dessa forma, ao reconhecer o potencial histórico para o desenvolvimento teórico, George une a história à ciência política, e o faz de maneira ampla e não limitante tal como seria com modelos fechados, que mais excluem do que incluem. Esta contribuição parece ser especialmente importante, pois ao dar vida a uma construção conceitual, também se dispõe a evidenciar um caminho metodológico que seja autoconstruído, ou seja, que a partir do momento em que se inicia o processo de construção teórica, este avance

gradualmente a partir dos diferentes estudos de caso.

A importância, nesse sentido, desloca-se do modelo em seu sentido geral, e foca na solidez das variáveis, para que estas sejam falseáveis e amplamente dialogáveis com o meio acadêmico, a fim de que o próprio modelo seja sempre melhorado e complementado. Para tanto, propõe assim uma construção teórica analítico-indutiva capaz de medir, analisar as variáveis e seu desempenho em distintos estudos de caso, sob quais condições algumas se manifestam mais que as outras, e assim por diante.

Ele indica, portanto, três pré-requisitos para esta metodologia:

- (i) Um número reduzido de estudos de caso, mas que sejam bem analisados, a fim de testar a relação entre as variáveis, o que chamou de “disciplined-configurative”;
- (ii) O investigador deve definir adequadamente a classe ou tipo de eventos que deseja investigar;
- (iii) O investigador deve ser seletivo e focado ao analisar um estudo de caso, a fim de que comparações e considerações possam ser feitas a partir da análise de outros estudos de caso.³

³ O autor cita como exemplo estudos de caso marcantes que se evidenciam como multidimensionais, abrindo uma série de possibilidades de pesquisa, como se observa em: “O tratamento dado à crise dos mísseis de Cuba em um estudo de caso deve ser seletivamente enfocado de acordo com o tipo de teoria que o investigador está buscando desenvolver:

Com uma perceptível crítica aos demasiado cientificistas, ou mesmo ao emprego generalizado do método estatístico, o autor apresenta seus pré-requisitos, alertando assim para que o investigador esteja atento à escolha do estudo de caso, como uma legítima forma de aprimorar a teoria, sob uma perspectiva indutiva, onde aqui que se sumariza:

Uma observação científica é concebida para utilizar dados seletivos, ao invés de simplesmente qualquer dado obtido: tal estudo se destina a monitorar ou explicar algum fenômeno mais amplo e, portanto, deve ser planejado sob a dinâmica da teoria, em substituição à acumulação excedente de quaisquer dados que surjam (George 1979, p. 51).

Abre-se, portanto, a possibilidade do investigador escolher primeiramente um único estudo de caso, mas que seja importante e competente no sentido de oferecer as bases teóricas e conceituais preliminares de forma suficiente ao desenvolvimento teórico inicial, ao que o autor chama de “*heuristic case*”, e depois são analisados os estudos de caso subsequentes que servem para julgar o potencial explicativo das variáveis, oferecer novas variáveis e mesmo testar as hipóteses, ao que o autor chamou de “*plausibility-probe case studies*”. E é

essencialmente uma junção dos dois tipos de estudos de caso que se vai dando forma à teoria, como revela o autor:

procedendo-se desta forma, pode-se considerar uma “teoria” como um conjunto de hipóteses funcionais que foram formuladas e refinadas conforme necessário, de acordo com resultados de testes individuais que colocaram em questão hipóteses iniciais (George 1979, p. 52).

Na análise desenvolvida por Kaarbo e Beasley (1999), eles retomam a contribuição de Alexander George e propõem a construção de um guia ou manual, que operacionalize e sistematize as variáveis, por meio de perguntas gerais, para facilitar o aperfeiçoamento teórico, tema que se torna vital para a presente pesquisa.

Um aspecto que se torna interessante nesta metodologia é que é possível utilizar uma série de fontes para o estudo de caso, tais como: manuscritos, diários (no caso de análise de liderança), pesquisas, entrevistas, jornais, revistas, arquivos e dados estatísticos, que se tornam todos compatíveis, complementares e não competitivos, pois, para estes autores: “o uso de múltiplas fontes é uma forma de ampliar a validade da construção das definições operacionais” (Kaarbo, Beasley 1999, p. 384).

dissuasão *versus* diplomacia coercitiva *versus* gestão da crise *versus* negociação *versus* influência política doméstica *versus* personalidade” (George 1979, p. 51, tradução nossa).

Assim, cabe ao investigador construir uma narrativa que evidencie as variáveis, bem como os parâmetros do manual tornando assim possível que outros investigadores percorram o mesmo caminho, em outros estudos de caso e façam, gradualmente, novas aferições à teoria (Kaarbo, Beasley 1999, p. 384).

III. Potenciais do método estrutural comparativo à disciplina de Relações Internacionais

Margaret Hermann foi uma das precursoras da metodologia estrutural comparativa para o estudo de lideranças políticas. Sua extensa bibliografia, de quatro décadas de trabalho, conta com mais de dez livros publicados, mais de 100 artigos e capítulos de livros, e cerca de quarenta relatórios de pesquisa e policy reports publicados, entre outros.

Em um de seus primeiros artigos seminais, intitulado “Explaining Foreign Policy Behavior using the personal characteristics of Political Leaders”, publicado pela International Studies Quarterly, em 1980, Hermann evidencia a escolha de seis características-chave utilizadas para analisar a personalidade de um líder político, e por meio da análise de 45 líderes políticos, de 29 países, tendo como base as mesmas características, vai se tornando possível, ao mesmo tempo, comparar as análises e tecer considerações acerca da influência no tipo de política externa

praticada pelo líder e, de forma mais ampla, considerações acerca da teoria cognitiva. Ou seja, por um lado, o aspecto estrutural da metodologia refere-se às características delineadas (variáveis independentes), e, por outro lado, o aspecto comparativo do método possibilita o constante refinamento e desenvolvimento teórico da análise cognitiva de lideranças e seus impactos na política externa (variável dependente).

Dessa forma, em seu estudo, Hermann apresentou seis características-chave a serem mapeadas nas lideranças políticas entrevistadas, e são elas: (i) nacionalismo; (ii) habilidade para controlar eventos; (iii) necessidade de poder; (iv) necessidade de pertencer a grupos; (v) complexidade conceitual; (vi) desconfiança. A partir dos resultados obtidos para cada uma das características, tornou-se possível estabelecer relações causais com o tipo de política externa que resultaria dessas características, seja esta mais independente (isolada e agressiva, para incidência maior em cada um dos itens) ou mais participativa (tendência maior às negociações e ao pacifismo, para incidência menor em cada um dos itens) (Hermann 1980, pp. 20-21).

Em 1989, em artigo intitulado “Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry”, também publicado pela International Studies Quarterly, Margaret G. Hermann, ao lado de Charles Hermann, apresenta

uma seminal análise sobre como se deve analisar o conteúdo oriundo da comunicação de grandes líderes políticos, por meio de oito passos apresentados, com a finalidade de observar a capacidade de respostas dos líderes aos obstáculos impostos pelas decisões políticas. A análise do material empírico forneceria informações importantes sobre as opiniões, motivações e relacionamentos, tanto com indivíduos acima do líder, quanto abaixo, partindo das fontes de comunicação de cada líder que o estudo pretende analisar. (Hermann; Hermann, 1989)

Conforme já foi exposto, a aplicação da metodologia estrutural comparativa mostrou enorme vigor para a análise cognitiva de lideranças políticas, com numerosas publicações e apresenta quatro décadas de sua relevância para esta subárea. Recentemente, o fôlego e alcance desta metodologia foi novamente reforçado quando Margaret Hermann, em 2005, no âmbito do grupo *Global Black Spots Group*, sediado em Maxwell School- Syracuse University, passou a utilizar a mesma metodologia para mapear espaços não governados no sistema internacional, ou os chamados *black spots*.

Torna-se relevante aqui demonstrar o que tem sido desenvolvido no âmbito desse projeto⁴ e abarcar aspectos

principais da estrutura de pesquisa desenvolvida com 32 variáveis, a fim de guiar os estudos de caso; o que se revela de suma importância a fim de demonstrar o potencial desta metodologia para o refinamento e maior robustez do ainda incipiente debate teórico sobre as áreas não governadas, bem como destacar seu potencial para ser utilizada em outras áreas da disciplina.

Inicialmente, o grupo entende os *Black Spots* como *áreas que estão fora do alcance e controle estatal, sob o controle de estruturas alternativas e ilícitas, capazes de exportar insegurança e que visam à invisibilidade*. Os *Black Spots* podem ocupar diversas posições na cadeia do crime, como planejamento e treinamento, sedes de organizações criminosas, refúgio ou esconderijo, base de operações, entre outros. Podem ser um local para a troca de ideias, informação e expertise, bem como um local onde seja fácil o grupo “desaparecer” ou dispersar.

Assim, para abranger, por um lado, a percepção de baixa presença do Estado, mais aproximado com o que aqui se chamou de “black spots” e, por outro lado, destacar a presença ambígua do Estado, que, por um lado propicia que

⁴ Não foi possível a divulgação do material específico produzido pelo grupo, mas sim a descrição do material de

forma mais ampla, a fim de demonstrar a adaptação desta metodologia a outros objetos de pesquisa. Para saber mais sobre o trabalho do grupo, acesse o *Global Black Spots Group*:

<http://www.maxwell.syr.edu/moynihan/gbs/Welcome/>.

tais espaços se desenvolvam, e, por outro lado, seus agentes podem até mesmo se beneficiar de tais práticas.

Nesse sentido, o termo “black spots” foi aqui o escolhido para ser referenciado, pois é o que tem sido mais utilizado cientificamente, e este se soma às importantes definições, aqui também apresentadas, tais como “brown areas”, apresentado por Guillermo O’Donnell (1992), como “dangerous spaces”, de Phil Williams (2010), e à metáfora aqui proposta, as “pontes quebradas”. Em paralelo, identificaram-se aqui outras definições, tais como “ungoverned areas” ou “safe havens”, as quais carregam consigo um alto teor político e tendem a gerar, também em maior ou menor grau, o enforcement e militarização da agenda em tais regiões.

A presença mínima ou utilitária do Estado nestas regiões faz com que agentes estatais, em determinados momentos, favoreçam o estoque, proteção e trânsito de drogas ou de armas ilegais no país, ou mesmo, em alguns casos, faz com que agentes oficiais possam participar do negócio, formando uma estrutura criminal, como se observa em: (Jakoski, Sotomayor, Trinkunas 2015, p.5).

Sob uma perspectiva de policiamento, diversas fronteiras no hemisfério experimentam grande insegurança internacional, em uma esfera de interseção com as relações internacionais; em muitos casos, os conflitos em zonas de fronteira têm aumentado em meio ao banditismo

fronteiriço e ao tráfico de pessoas, drogas e armas, criando tensões entre os países e entre os agentes nas zonas de fronteira. Outras zonas de fronteira são pacíficas precisamente devido às ações dos atores ilegais que estabelecem e mantêm a ordem (Jakoski, Sotomayor, Trinkunas 2015, p.5).

Dessa forma, no âmbito do grupo Global Black Spots já foram identificados mais de 150 *Black Spots* e 81 já foram decodificados. O processo de identificação e decodificação ocorre em quatro etapas principais:

(i) Identificação de espaços que cumprem os pré-requisitos: (fora do alcance e controle estatal, sob o controle de estruturas alternativas e ilícitas, capazes de exportar insegurança e que visam à invisibilidade)

Nesta fase, o investigador baseia-se em “fontes abertas”, como jornais, artigos, entre outros.⁵

(ii) Decodificação das variáveis, organizar e sistematizar as informações, de forma a responder a perguntas gerais⁶;

(iii) Se possível, realizar pesquisa de campo para realizar entrevistas e fazer a “validação” dos dados pesquisados, bem como

⁵ O processo metodológico do “*soaking and poaking*”, apresentado por George e Bennet (2004).

⁶ O processo metodológico chamado de “*disciplined-configurative*”, apresentado por George (1979).

obter novos “insights” e informações;

(iv) Finalmente, são realizadas novas pesquisas de campo e novas pesquisas sobre um mesmo “Black Spot” a fim de “atualizar” e revalidar as informações coletadas;

O processo de decodificação do Manual passa por constante aprimoramento e conta hoje com 32 parâmetros que, ao serem identificados, gera-se uma caracterização e tipificação do Black Spot, que podem ser:

(i) Estáveis ou pulsantes, estáticos ou mutáveis;

(ii) Desempenhar papel de produção, trânsito e/ou distribuição;

(iii) Podem apresentar composição étnica homogênea ou heterogênea⁷;

(iv) Podem estar perto ou distante de conflitos históricos (e terem ou não relação com tais conflitos),

(v) Geram impactos de insegurança que podem ser de cunho militar, econômico, social ou uma mescla desses;

(vi) Relacionar-se com diferentes tipos de fluxos ilícitos, que podem ser: drogas, armas convencionais, componentes de armas de destruição em massa, tráfico de pessoas, atividades ligadas ao terrorismo internacional, entre outros.

A seguir, reproduz-se um breve trecho da apresentação do *Global Black Spot Group*, essencial a uma melhor compreensão:

O que é transferido para dentro, fora ou entre os Black Spots são fluxos de insegurança, definidos como movimentos de ativos, pessoas, serviços ou conhecimentos sensíveis destinados à busca de ganhos ilícitos criminosos e políticos, com a intenção de desviar-se da aplicação da lei, da inteligência e de agências nacionais e internacionais relacionadas. Ser capaz de identificar e monitorar Black Spots de forma contínua oferece a possibilidade de rastrear a movimentação de criminosos e terroristas, seus ativos financeiros e armas ilegais, bem como suas

⁷ Tal composição étnica se faz especialmente importante para a identificação dos Black Spots no Oriente Médio, como por exemplo, na fronteira da Síria, Iraque, Paquistão, Afeganistão; no Leste Europeu, ou mesmo na América Latina, no México, Colômbia, Bolívia e Peru, onde há comunidades indígenas por exemplo.

habilidades e competências⁸. (GBSG, tradução nossa, *grifo nosso*)

Na Tabela a seguir são apresentados alguns estudos de caso já desenvolvidos pelo Global Black Spots Group:

Tabela 1 – Exemplos de alguns Black-Spots que já foram decodificados pelo grupo

América do Sul	Ásia
Lago Agrio, Equador	Chu Valley, Cazaquistão-Quirguistão
San Pedro Sula, Honduras	Estreito de Malaca
Leticia-Tabatinga, Colômbia -Brasil	Estado Wa- Myanmar
Europa	África
Ceuta e Melilla, Espanha	Ilemi/Triângulo Elemi, Quênia-Sudão-Etiópia
Pankiski Gorge, Georgia	Lumbumbashi, República Democrática do Congo
Scampia, Itália	Tríplice Fronteira Mali-Algéria e Niger
América do Norte	Oriente Médio
Reserva Akwesasne	Vale Bekaa-Líbano
Reserva Tohono Oodham	El Arish-Egito
	Erzurum-Turquia

Fonte: Tabela adaptada pela autora, com base no material de consulta.

⁸ Disponível em:
http://www.maxwell.syr.edu/moynihan/gbs/Ongoing_Research_and_Monitoring/. Acesso em 12/11/2015.

Percebe-se que os *Black Spots* variam em sua tipificação e, quanto mais estudos de casos são decodificados, mais variáveis são adicionadas e aperfeiçoadas. Cabe aqui, portanto, para fins de posteriormente incorporar aquilo

que julgamos mais adequado para a presente pesquisa, apresentar alguns dos parâmetros, variáveis e perguntas gerais que constituem o Manual do *Global Black Spots Group*:

Tabela 2 – Questões Iniciais para pesquisar um *Black Spot*

Principais Questões
<ul style="list-style-type: none">• Quais são as condições que levam ao desenvolvimento e manutenção de um Black Spot?• Quais são os fatores que contribuem para o enfraquecimento da autoridade estatal em um Black Spot?• Quais são os tipos de insegurança exportados por um Black Spot?• Quais ações defensivas as autoridades nacionais e internacionais precisam fazer para lidar com o Black Spot?

Fonte: Tabela adaptada pela autora, com base no material de consulta.

As perguntas iniciais são demarcadores temáticos e juntos constituem o enquadramento mais amplo que se pode, até o presente momento, obter de um *Black Spot*. A partir das perguntas iniciais e de seus respectivos temas, apresentam-se as variáveis separadas pelos temas. Vale notar que a pesquisa empírica se materializa mesmo quando algumas variáveis não são analisadas, seja por falta de fonte, acesso aos dados, ou por proteção individual do investigador. O importante nessa empreitada é buscar sentido e

interpretação aos dados, para que um quadro explicativo mais amplo, com seus atores e suas interações, possa ser, gradualmente, construído.

Percebe-se que, mesmo ao se constituir como fatores históricos para o *Black Spot*, não é dada ênfase suficiente em aspectos históricos, bem como à atuação do Estado como um ator “gerador” e, em muitos casos, “mantenedor” do *status quo* de área não governada em uma localidade.

Um dos objetivos é também qualificar e tipificar um *Black Spot*, o que significa buscar entender que tipo ou quais tipos de atores armados não-estatais atuam em uma região e quais tipos de crime praticam, bem como quais bens são comercializados na região. Entende-se que, a depender do tipo de atuação e atores, uma região tem potencial para exportar mais ou menos insegurança.

Ressalta-se que sob este aspecto do tipo de insegurança exportada pelo *Black Spot*, *chama a atenção* não haver quaisquer questionamentos quanto ao caráter “exportador” de insegurança das áreas não governadas.

Finalmente, a metodologia do *Global Black Spots Group* preocupa-se com o tipo de respostas dadas pelo(s) Estado(s) anfitrião ou vizinho do Black Spot bem como pela comunidade internacional, se esta é militar ou não, multilateral ou unilateral, a longo ou a curto prazo, fazendo com que seja possível traçar tendências sobre uma possível evasão e transbordamento de um Black Spot para outra região ou para o outro lado da fronteira, aspecto especialmente importante para o presente estudo de caso.

Compreende-se assim que, a metodologia proposta por Alexander George, e materializada por Margaret Hermann, oferece um grande potencial

para a empreitada de analisar os espaços como fonte de insegurança, de forma científica, à medida que se observa que o tema das “áreas não governadas” tem sido crescentemente debatido entre os *policymakers*, *think tanks* e consultorias internacionais.

Nesse sentido, por meio da presente metodologia, à medida que a empiria vai sendo desenvolvida, constitui-se, gradualmente, a teoria, materializando-se assim aquilo que aqui se entende como o grande potencial deste método e da área de Relações Internacionais: o constante desenvolvimento e aprimoramento da teoria.

IV. Considerações Finais

O artigo analisou a chamada metodologia estrutural comparativa e sua utilização na disciplina de Relações Internacionais, em dois momentos distintos, primeiro na década de 80, quando Margaret G. Hermann a desenvolveu e se tornou um de seus principais expoentes, com uma significativa obra na área de análise cognitiva de lideranças políticas; bem como a partir de 2005, quando a mesma autora lança mão desta metodologia a fim de mapear áreas não governadas no sistema internacional.

Utilizando materiais publicados, softwares de rastreamento de notícias,

entrevistas formais e informais e ao sistematizar o material empírico por meio de variáveis, as quais possibilitam uma decodificação, Hermann se tornou a principal expoente do método criado por Alexandre George. Sua pesquisa de análise cognitiva de lideranças atravessa a quarta década com inúmeros e imensuráveis frutos, sendo difundida mundo afora em programas de Ciência Política e Relações Internacionais. E a sua versatilidade se evidenciou com a análise dos *black spots*, ao utilizar o mesmo método.

Ao utilizar os mesmos recursos e, sempre que possível, visitas *in loco*, torna-se possível formular um quadro global dos *black spots*, sua natureza e suas interações com o mundo externo. O método possibilita o constante aprimoramento teórico e, para o caso

específico dos *black spots*, torna-se possível identificar e monitorá-los de forma contínua. Essa capacidade é fundamental para a coleta de informações e condição necessária para o reconhecimento de ameaças e a prevenção da escalada de insegurança.

A presente reflexão, ao apresentar tal metodologia em duas aplicações, mesmo tão díspares, demonstrou que há possibilidades para sua aplicação em temas diversos de Relações Internacionais. Finalmente, afirma-se que em todos esses temas, as teorias podem e devem ser lapidadas, complementadas ou amadurecidas: possibilidade esta não só intrínseca ao método estrutural comparativo, bem como necessária e essencial à própria natureza da disciplina de Relações Internacionais.

Referências Bibliográficas

George, A. L. (1979). "Case Studies and Theory Development: The Method of Structured, Focused Comparison", in: Lauren, P. G. *Diplomacy: New Approaches in History, Theory and Policy*. New York: Free Press.

_____, Bennet. A. (2004). *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press.

_____. (2004) "The Method of Structured, Focused Comparison", in: George, A. L.; Bennet, A. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press.

Hermann, M. (1980). "Foreign Policy Behavior using the personal characteristics of Political Leaders". *International Studies Quarterly*, 24 (1). p.7-46.

_____.; Hermann, C. (1989). "Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry". *International Studies Quarterly*. 33(4). p. 361-387.

Jaskoski, M.; Sotomayor, A.; Trinkunas, H.(orgs). (2015). *American Crossings: Border Politics in the Western Hemisphere*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

_____. (orgs). (2015). "Borders in the Americas: Theories and Realities", in: Jaskoski, M.; Sotomayor, A.; Trinkunas, H. (orgs) *American Crossings: Border Politics in the Western Hemisphere*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Kaarbo, J.; Beasley, R. (1999). "A Practical Guide to the Comparative Case Study Method in Political Psychology". *Political Psychology*. 20 (2). p. 369-388

King, G.; Keohane, R.; Verba, S. (1994). *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton University Press.

O'Donnel, G. (1992). *On the State, Democratization and Some Conceptual Problems. A Latin American view with glances at some post-communist countries*. Working Paper (192).

Stanislowski, B. H. (2008). "Para-States, Quasi-States, and Black Spots: perhaps not states, but not "ungoverned territories", Either". *International Studies Review*. 10(8) Jun. 2008. p. 366-396.

Williams, P. (2010). "Here be Dragons. Dangerous Spaces and International Security"; in: Trinkunas, H.; Clunan, A. *Ungoverned Spaces. Alternatives to the State Authority in an Era of Softened Sovereignty*. Stanford: Stanford University Press.

_____. "Cooperación entre Organizaciones Criminales", in: Berdal, M.; Serrano, M. (orgs). (2005). *Crimen Transnacional Organizado y seguridad internacional. Cambio y Continuidad*. Guadalajara: Fondo de Cultura Económica.